

Direito Constitucional

Professor: Assis Maia

29/03/19

DIREITO CONSTITUCIONAL (IAP - UFPB) – Prof. Assis Maia

1. Relativamente aos princípios fundamentais da Constituição brasileira de 1988, é INCORRETO afirmar que

- a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- a República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- todo o poder emana do povo, que o exerce sempre diretamente.
- constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, concessão de asilo político.

2. No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais do sistema jurídico brasileiro, é

- permitida a dissolução compulsória de associações, após trâmite do devido processo legal administrativo.
- livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente de exigências profissionais previstas em lei.
- ampla e irrestrita a liberdade de associação para fins lícitos em todo território nacional, inclusive no caso de sindicatos e partidos políticos.
- permitida a reunião pacífica em locais públicos, mediante prévia autorização das autoridades competentes.
- garantida a liberdade de associação para fins lícitos porém, ninguém é obrigado a associar-se ou a permanecer associado.

3. Acerca dos direitos individuais e coletivos, é correto afirmar o seguinte:

- A propriedade particular não poderá ser usada por autoridade competente, mesmo no caso de iminente perigo público.
- A prática do racismo constitui crime inafiançável, imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- O brasileiro naturalizado não poderá ser extraditado pela prática de crime comum antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- O sigilo da fonte será resguardado, quando necessário ao exercício profissional e assegurado a todos o acesso à informação.
- O sigilo das informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado não excepciona o direito do indivíduo de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, devendo ser prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.

4. Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

- Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- A todos é assegurado, mediante o pagamento da respectiva taxa, o direito de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- Somente a lei poderá excluir do Poder Judiciário a apreciação de lesão ou ameaça a direito.
- É reconhecida a instituição do júri, com a competência para o julgamento dos crimes culposos ou dolosos contra a vida.
- A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo se determinado pela autoridade policial.

5. Sobre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos definidos na Constituição Federal, é correto afirmar:

- É livre a manifestação do pensamento, sendo o anonimato protegido em face do resguardo à integridade física das pessoas.
- Em nenhuma hipótese haverá privação de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.
- A expressão de atividade artística é livre, salvo nos casos em que a lei prevê a necessidade de licença específica.
- O sigilo das comunicações telefônicas pode ser violado por determinação judicial nas hipóteses em que a lei estabelecer para fins de instrução processual penal.
- É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive as de caráter paramilitar.

6. Sobre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:

- É livre a locomoção no território nacional a qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- A criação de associações e, na forma da lei, de cooperativas depende de autorização.
- A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização, que poderá ser em dinheiro ou títulos do governo.
- No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- São asseguradas, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.

7. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos:

- São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data.
 - São gratuitos o registro civil de nascimento, a certidão de óbito e a certidão de matrimônio com as devidas averbações.
 - A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.
 - A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- Está correto o que se afirma em
- I, II e IV, apenas.
 - I, II, III e IV.
 - I, III e IV, apenas.
 - II e III, apenas.
 - I e IV, apenas.

8. A nossa Carta Magna prevê, em seus “Direitos Sociais”, que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, EXCETO:

- a) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- b) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- c) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- d) irreducibilidade total do salário, não comportando ressalva.
- e) licença-paternidade, nos termos fixados em lei.

9. Considere:

I. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

II. Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

III. Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.

IV. Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre outros, os indicados APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

10. Tendo em vista a disciplina da Constituição Federal a respeito do direito de greve, considere as seguintes assertivas:

I. É vedado, em qualquer hipótese, o exercício do direito de greve pelo empregado público.

II. A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

III. O exercício válido e regular do direito de greve por toda e qualquer categoria profissional depende de prévia previsão em lei que o autorize.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) II.
- e) III.

11. No tocante à associação sindical, considere:

I. A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

II. É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

III. O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

IV. Para empresas com cento e cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) I, III e IV.

12. Sobre os direitos sociais na Constituição Federal brasileira, considere:

I. O piso salarial garantido é aquele proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

II. A irreducibilidade do salário é garantia absoluta dos trabalhadores urbanos e rurais.

III. A garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, não alcança aqueles que percebem remuneração variável.

IV. O prazo de prescrição da ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho é de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e II.

13. No tocante aos Direitos Sociais, é INCORRETO afirmar que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais,

a) a irreducibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

b) o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

c) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os 10 anos de idade em creches e pré-escolas.

d) a jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

e) a proteção em face da automação, na forma da lei.

14. Considerando os dispositivos constitucionais referentes à Administração pública, é correto afirmar:

a) Os atos de improbidade importarão, dentre outras penas, suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública e o ressarcimento ao erário.

b) A proibição de acumular cargos, prevista na CF, não se estende aos empregos e funções das empresas públicas e sociedades de economia mista.

c) As autarquias serão criadas por decreto presidencial específico, que será submetido ao Congresso Nacional para apreciação.

d) São imprescritíveis os ilícitos que causem prejuízo ao erário, bem como as respectivas ações de ressarcimento.

e) Os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

15. Sobre servidores públicos no sistema constitucional brasileiro, é INCORRETO afirmar:

a) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas, ou de provas e títulos, será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

b) São garantidos ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o direito de greve.

c) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

d) Os servidores fiscais da administração fazendária terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos.

e) A estabilidade do servidor público nomeado por concurso público é imediata à posse e efetivo exercício.

16. Abigail, professora concursada da rede pública de ensino de determinado município, resolve concorrer ao cargo de Vereadora, para o qual culmina por ser eleita. Em face de tal situação, à luz da disciplina constitucional da matéria, Abigail

- a) poderá acumular o cargo e o mandato eletivo, devendo, no entanto, optar por um dos vencimentos.
- b) somente poderá acumular o cargo e o mandato eletivo, bem como os respectivos vencimentos, se houver compatibilidade de horários.
- c) deverá afastar-se do cargo de professora durante o exercício do mandato, podendo, no entanto, optar por uma das remunerações.
- d) mesmo devendo ser afastada do cargo público de provimento efetivo, terá computado, para todos os efeitos, o tempo em que permaneceu no exercício da vereança.
- e) poderá livremente optar pela acumulação ou não do cargo e do mandato, de tal escolha decorrendo o direito ou não de receber os vencimentos inerentes a ambos.

17. Daniela é servidora pública titular de cargo efetivo da União e está pensando em se aposentar quando preencher os requisitos constitucionais. Considerou hipoteticamente ter completado 57 anos de idade e, nos últimos 11 anos, ter ocupando o cargo de técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Estando abrangida pelo regime de previdência previsto na Constituição Federal para o servidor público, Daniela

- a) poderá se aposentar voluntariamente, desde que tenha no mínimo 30 anos de contribuição.
- b) não poderá se aposentar voluntariamente porque não possui 60 anos.
- c) não poderá se aposentar voluntariamente porque não possui 65 anos.
- d) poderá se aposentar voluntariamente, desde que tenha no mínimo 35 anos de contribuição.
- e) poderá se aposentar voluntariamente, desde que tenha no mínimo 25 anos de contribuição.

18. Sobre as questões envolvendo a nacionalidade brasileira, de acordo com a Constituição Federal de 1988:

- a) Para aquisição da nacionalidade brasileira, são exigidas aos cidadãos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- b) Para aquisição da nacionalidade brasileira, os estrangeiros de qualquer nacionalidade devem requerê-la e demonstrar que residem na República Federativa do Brasil há mais de cinco anos ininterruptos e que não possuem condenação penal, salvo os cidadãos originários de países de língua portuguesa.
- c) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, mesmo que estes estejam a serviço de seu país.
- d) Podem ser Ministros do Supremo Tribunal Federal os brasileiros natos e naturalizados.
- e) A Constituição Federal veda a ocupação de cargos públicos por estrangeiros.

19. A respeito dos direitos políticos, considere:

- I. São condições de elegibilidade, dentre outras, a idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador, trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e vinte um anos para Prefeito, Vice-Prefeito e Juiz de Paz.
- II. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios, inclusive para os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório.
- III. Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

IV. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, do Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, do Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Está correto o que consta APENAS em

- a) II e IV.
- b) I e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.
- e) I e III.

GABARITO:

1-C	2-E	3-D	4-A	5-D	6-D	7-C	8-D	9-E	10-D
11-D	12-A	13-C	14-A	15-E	16-B	17-A	18-A	19-C	